



Escola de Administração Fazendária



Comissão de Valores Mobiliários

Concurso Público - 2010

(Edital ESAF n. 94, de 11/10/2010)

Prova 2

Cargo:

Analista

Área:

**Planejamento e
Execução Financeira**

Instruções

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“A confiança em si próprio é o primeiro segredo do sucesso.”
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica transparente (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.24 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II

1 - Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) o Plano Plurianual possui status de lei complementar.
- b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das estatais e o orçamento da seguridade social.
- c) o Poder Executivo deve publicar, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- d) o Plano Plurianual compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- e) os orçamentos fiscal e de investimento das estatais possuem, entre outras, a função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

2 - A abordagem orçamentária cujas principais características são a análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas e não apenas das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente, de modo que todos os programas devem ser justificados cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário, denomina-se:

- a) orçamento tradicional.
- b) orçamento de base zero.
- c) orçamento de desempenho.
- d) orçamento-programa.
- e) orçamento incremental.

3 - Por se tratarem de recursos financeiros de caráter temporário, que não se incorporam ao patrimônio público, os seguintes ingressos constituem item da receita extra-orçamentária, exceto:

- a) depósitos em caução.
- b) fianças.
- c) operações de crédito.
- d) emissão de moeda.
- e) outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

4 - Acerca da classificação funcional da despesa, é correto afirmar que:

- a) a subfunção, indicada pelos dois primeiros dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função.
- b) as subfunções não podem ser combinadas com funções diferentes das quais estejam originariamente relacionadas.
- c) via de regra, a programação de um órgão é classificada em uma única função e subfunção.
- d) não é possível haver matricialidade na relação entre ação e subfunção.
- e) a função, indicada pelos três primeiros dígitos da classificação funcional, representa o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.

5 - Acerca da programação qualitativa da despesa orçamentária, assinale a opção que torna correta a seguinte frase:

“A estruturação atual do orçamento público considera que as programações orçamentárias estejam organizadas em _____(1)_____ e que essas(es) possuam programação _____(2)_____.”

- a) (1) programas de trabalho /// (2) física e financeira
- b) (1) funções /// (2) funcional
- c) (1) subfunções /// (2) econômica
- d) (1) projetos /// (2) por metas físicas
- e) (1) atividades /// (2) por metas qualitativas

6 - Complete o texto abaixo, de modo a tornar a afirmação correta.

Instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, a(o) _____ é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

- a) função
- b) subfunção
- c) programa
- d) projeto
- e) atividade

7 - Acerca do orçamento público, em face dos parâmetros da política fiscal, é correto afirmar que:

- a) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão do plano plurianual.
- b) o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- c) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) é permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- e) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto na lei de diretrizes orçamentárias.

8 - Assinale a opção correta.

- a) À vista de tantas vinculações constitucionais, pode-se afirmar que a lei orçamentária possui caráter impositivo.
- b) A melhor forma de se proceder à avaliação de desempenho da execução orçamentária é fortalecer os mecanismos de controle prévio.
- c) Ao incorporar e ampliar políticas públicas compensatórias, o orçamento nacional privilegia o exercício de sua função alocativa.
- d) O ciclo orçamentário, por corresponder ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, excede o exercício financeiro.
- e) A classificação institucional do orçamento é a de menor relevância, haja vista importar mais a destinação do gasto que o responsável por sua execução.

9 - Sobre o tema "execução orçamentária do Governo Federal por meio do SIAFI", temos que as seguintes afirmações são corretas, exceto:

- a) as despesas só podem ser empenhadas de acordo com o cronograma de desembolso da Unidade Orçamentária, devidamente aprovado.
- b) a descentralização de créditos, externa ou interna, deve ser realizada por meio de Nota de Movimentação de Crédito - NC.
- c) a abertura de créditos adicionais apresenta consequências em duas programações: financeira e orçamentária.
- d) a movimentação de créditos independe da existência de saldos bancários ou recursos financeiros.
- e) a formalização do empenho será precedida da criação de uma Lista de Itens, por meio de transação específica.

10- Sabendo que o CPR - Contas a Pagar e a Receber - é um subsistema do SIAFI desenvolvido de forma a otimizar o processo de programação financeira dos órgãos/entidades ligadas ao sistema, proporcionando informações em nível analítico e gerencial do fluxo de caixa, é correto afirmar que:

- a) o CPR não permite o cadastramento de contratos, mas apenas o de notas fiscais ou documentos equivalentes.
- b) o CPR não permite que os documentos sejam incluídos por uma Unidade Gestora e pagos por outra.
- c) as retenções de impostos e contribuições podem apenas ser recolhidas pela Unidade Gestora recebedora do bem ou serviço.
- d) no caso de reforço ou anulação do empenho ou alteração no cronograma, os compromissos do documento original devem ser alterados manualmente.
- e) na inicialização do exercício, serão eliminados os compromissos de empenhos do exercício anterior que não foram liquidados e não foram inscritos em Restos a Pagar.

11- Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, dos seguintes impostos e contribuições, exceto:

- a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).
- b) Contribuição para o PIS/PASEP.
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).
- e) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12- Uma das finalidades da Auditoria Governamental é dar suporte ao exercício pleno da supervisão ministerial, por meio das seguintes atividades básicas, exceto:

- a) avaliar a execução dos programas de governo, dos contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.
- b) gerenciar os sistemas de informações e a utilização dos recursos computacionais das unidades da administração direta e entidades supervisionadas.
- c) observar o cumprimento, pelos órgãos e entidades, dos princípios fundamentais de planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.
- d) avaliar o desempenho administrativo e operacional das unidades da administração direta e entidades supervisionadas.
- e) verificar o controle e a utilização dos bens e valores sob uso e guarda dos administradores ou gestores.

13- Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

- a) julgar a execução dos orçamentos da União.
- b) exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) organizar a auditoria interna das entidades da administração indireta federal.
- d) realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades privados.
- e) apreciar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

14- De acordo com a Constituição Federal, ao Tribunal de Contas da União compete, no exercício do Controle Externo:

- a) realizar, por determinação do Presidente da República, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- b) fiscalizar a aplicação das transferências constitucionais obrigatórias feitas pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, inclusive as melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do ato concessório.
- d) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, ressalvados os casos em que a participação não implique controle do capital votante.
- e) apreciar as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

15- Complete o texto abaixo, de modo a tornar a afirmação correta.

Nos termos da IN n. 01/2001/SFC/MF, a _____ consiste em uma atividade de assessoramento ao gestor público, com vistas a aprimorar as práticas dos atos e fatos administrativos, sendo desenvolvida de forma tempestiva no contexto do setor público, atuando sobre a gestão, seus programas governamentais e sistemas informatizados.

- a) Auditoria Operacional
- b) Auditoria de Gestão
- c) Auditoria Especial
- d) Auditoria Contábil
- e) Auditoria de Acompanhamento da Gestão

16- As Normas Fundamentais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal têm como finalidade, entre outras, orientar os servidores para o exercício de suas funções. Nesse contexto, é correto afirmar que a opinião emitida por meio de Certificado de Auditoria deve assumir os seguintes tipos:

- I - Certificado com Negativa de Opinião.
- II - Certificado de Regularidade.
- III - Certificado de Regularidade com Ressalvas.
- IV - Certificado de Regularidade sem Ressalvas.
- V - Certificado de Irregularidade.
- VI - Certificado Adverso.

- a) I, IV ou VI.
- b) II, III ou V.
- c) II, IV ou VI.
- d) II, IV ou V.
- e) III, IV ou V.

17- No decorrer de uma auditoria, a avaliação de riscos corresponde à análise da relevância dos riscos identificados com base nos seguintes aspectos, exceto:

- a) a avaliação da probabilidade de sua ocorrência.
- b) a forma como serão gerenciados.
- c) a definição das ações a serem implementadas para prevenir sua ocorrência ou minimizar seu potencial.
- d) a resposta ao risco, considerando as hipóteses de eliminação, redução, aceitação ou compartilhamento.
- e) a presunção de que os riscos, como fatos previsíveis, não podem afetar a qualidade da informação contábil.

18- Assinale a opção correta.

- a) Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- b) Os testes de observância podem ser divididos em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.
- c) Uma das técnicas de Correlação das Informações Obtidas consiste na circularização das informações, com a finalidade de obter confirmações junto a fontes externas ao auditado.
- d) A Inspeção Física é o exame utilizado para testar a efetividade dos controles, particularmente daqueles relativos à segurança de quantidades físicas ou qualidade de bens tangíveis ou intangíveis.

e) "Cut-Off" é o corte interruptivo das operações ou transações para apurar, de forma seccionada, a dinâmica de um procedimento, representando a fotografia do momento-chave de um processo.

19- Uma adequada compreensão sobre o uso da tecnologia da informação na elaboração dos papéis de trabalho permite concluir, acertadamente, que:

- a) a auditoria sem papel (ou *paperless*) consiste em um novo conceito de auditoria, rompendo com todos os aspectos inerentes à auditoria tradicional.
- b) todos os objetivos e atributos relativos aos papéis de trabalho tradicionais permanecem válidos nos registros das auditorias automatizadas.
- c) por não serem considerados fonte primária, os dados arquivados por meio de *scanner* não podem ser utilizados como papéis de trabalho.
- d) apenas profissionais com formação específica podem auditar papéis de trabalho obtidos por meio de transferência eletrônica de dados.
- e) as informações obtidas em meio magnético serão consideradas válidas apenas depois de impressas e autenticadas em cartório.

20- Recentemente alterada pela Medida Provisória n. 495/2010, a Lei n. 8.666/1993 passou a estabelecer que, além da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a licitação também se destina a garantir:

- a) a não-ocorrência de fraudes e danos ao erário.
- b) o fortalecimento do Mercosul.
- c) a promoção do desenvolvimento nacional.
- d) o cumprimento das obras do PAC.
- e) a observância do princípio constitucional da eficiência.

21- Acerca da elaboração de especificações técnicas e projetos básicos para contratação de obras e serviços, é correto afirmar que:

- a) o projeto básico deve ser elaborado posteriormente à licitação e receber a aprovação formal da autoridade competente.
- b) se a referência de marca ou modelo for indispensável para a perfeita caracterização do material ou equipamento, a especificação deve conter obrigatoriamente a expressão “ou equivalente”.
- c) as especificações técnicas podem reproduzir catálogos de determinado fornecedor ou fabricante, de modo a permitir alternativas de fornecimento.
- d) o projeto básico de uma licitação não pode ser elaborado pelo próprio órgão licitante.
- e) durante a licitação é facultado verificar ou não se o empreendimento necessita de licenciamento ambiental.

22- Sobre o tema ‘licitações’ é correto afirmar que:

- a) a licitação se termina com o julgamento e a classificação das propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.
- b) a autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório pode, a seu critério, revogar a licitação, mediante simples despacho.
- c) a anulação do procedimento licitatório dar-se-á, exclusivamente, por determinação judicial.
- d) após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
- e) no julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos e subjetivos definidos no edital ou convite.

23- A critério da autoridade competente, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, exceto:

- a) caução em dinheiro.
- b) seguro-garantia.
- c) cédula hipotecária.
- d) fiança bancária.
- e) caução em títulos da dívida pública.

24- O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei n. 8.666/1993 confere à Administração, em relação a eles, as seguintes prerrogativas, exceto:

- a) modificá-los unilateralmente, respeitados os direitos do contratado.
- b) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- c) rescindi-los unilateralmente, nos casos especificados.
- d) suspender pagamentos devidos, a título de sanção administrativa.
- e) fiscalizar-lhes a execução.

25- Segundo a legislação vigente, o Sistema de Registro de Preços (SRP) deve ser preferencialmente adotado nas seguintes situações, exceto:

- a) quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
- b) quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.
- c) quando houver inviabilidade de competição, tornando a licitação inexigível.
- d) quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade.
- e) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

26- Acerca do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF – é correto afirmar que:

- a) a cobrança de taxas pela utilização no exterior é permitida.
- b) o CPGF deve ser emitido em nome do portador nele identificado.
- c) é vedado seu uso para o pagamento de despesas enquadráveis como suprimento de fundos.
- d) não será admitida a cobrança de encargos por atraso de pagamento.
- e) o responsável por sua guarda e uso é o ordenador de despesas.

27- Acerca do tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando da participação em licitações públicas, é correto afirmar que:

- a) sendo sua a melhor oferta inicial, não se sujeitam às regras de desempate, ainda que outra empresa congênere tenha apresentado proposta dentro do limite estabelecido para o empate.
- b) a comprovação de sua regularidade fiscal somente será exigida na fase de julgamento das propostas de preços.
- c) a elas se destina, obrigatoriamente, participação exclusiva nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- d) devem apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal apenas quando da assinatura do contrato.
- e) ocorrendo o empate, podem apresentar proposta de preço igual àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

28- Acerca do processo administrativo, no âmbito da administração pública federal, é correto afirmar que:

- a) são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos, exceto quando houver autorização judicial.
- b) da revisão de processo administrativo, não pode resultar agravamento da sanção.
- c) a desistência ou renúncia do único interessado implica no arquivamento do processo.
- d) salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo depende de caução.
- e) o recurso deve ser dirigido à autoridade superior daquela que tenha proferido a decisão.

29- Entendida como sendo a guarda, localização, segurança e preservação do material adquirido, uma boa armazenagem deve observar os seguintes cuidados, exceto:

- a) os materiais estocados há mais tempo devem ser fornecidos em primeiro lugar, a fim de evitar o envelhecimento do estoque.
- b) os materiais devem ser estocados de modo a possibilitar uma fácil inspeção e um rápido inventário.
- c) os materiais que possuem grande movimentação devem ser estocados em lugar de fácil acesso e próximo das áreas de expedição.
- d) os materiais da mesma classe devem ser concentrados em locais adjacentes, a fim de facilitar a movimentação e o inventário.
- e) os materiais inoxidáveis e pesados, por não estarem sujeitos às condições climáticas, devem ser estocados em contato direto com o piso.

30- No âmbito da administração pública federal, uma correta gestão de bens patrimoniais implica saber que:

- a) a cessão consiste na operação que transfere o direito de propriedade do material mediante venda, permuta ou doação.
- b) o inventário físico inicial deve ser realizado em qualquer época, por iniciativa do dirigente da unidade gestora ou do órgão fiscalizador.
- c) material permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a três anos.
- d) os bens de almoxarifado devem ser avaliados pelo preço médio ponderado das compras.
- e) a recuperação de um bem móvel somente será considerada viável se a despesa envolvida orçar no máximo 25% do seu valor estimado no mercado.

CONTABILIDADE PÚBLICA

- 31- Assinale a única opção cuja ocorrência não é objeto da contabilidade aplicada ao setor público, na forma praticada atualmente na esfera federal.
- Os convênios celebrados pelas entidades públicas federais para a transferência de recursos.
 - Os contratos celebrados com entidade privada para a prestação de serviços à Administração Pública.
 - A emissão de nota de empenho para pagamento de bens a serem adquiridos.
 - A perda de condição de uso de estrada federal em razão de chuvas ou ação do tempo.
 - O recebimento de doação em bens materiais para equipar hospital público.
- 32- Assinale a opção que indica um conjunto de entidades que estão dentro do campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público.
- Empresas públicas financeiras, autarquias e entidades da administração direta do Poder Executivo.
 - Empresas públicas dependentes, órgãos da administração direta e autarquias.
 - Órgãos do Poder Judiciário, empresas estatais de qualquer natureza e fundações públicas.
 - Organizações não-governamentais mantidas com recursos públicos, empresas públicas não-financeiras e autarquias.
 - Unidades gestoras da administração direta, consórcios públicos e empresas estatais não dependentes.
- 33- A respeito das regras gerais estabelecidas pela Lei n. 4.320/64 para a estruturação e realização da contabilidade dos entes públicos, é correto afirmar, exceto:
- é obrigatório o registro dos bens móveis e imóveis, mesmo que de forma sintética.
 - os entes públicos que exercem atividade industrial, independentemente da sua forma de organização, deverão manter registros contábeis que permita a apuração dos custos.
 - a contabilização da receita e da despesa deverá seguir as especificações da lei orçamentária.
 - é permitido o uso do método das partidas simples para a contabilidade patrimonial desde que esta seja realizada de forma sintética.
 - no registro dos restos a pagar, é obrigatória a identificação do credor.
- 34- Assinale a opção em que a operação ao ser registrada pela contabilidade aplicada ao setor público provoca variação ativa e passiva em igual valor.
- Liquidação de despesa referente à aquisição de bens para estoque no almoxarifado da entidade.
 - Registro da perda de equipamento por obsolescência.
 - Reconhecimento da prestação de contas de convênio celebrado para transferência de recursos a município.
 - Liquidação de despesa para pagamento de pessoal da entidade.
 - Transferência de recursos a fundo perdido para entidade internacional de caráter multilateral.
- 35- Segundo disposições do Decreto n. 93.872/86, quando o órgão de contabilidade detectar irregularidades nos exames da conformidade dos atos de gestão orçamentário-financeira e patrimonial, este deverá:
- encaminhar os dados ao Órgão de Controle Interno, para as providências de sua competência.
 - determinar a abertura de tomada de contas especial, para quantificação do dano.
 - impugnar o ato mediante representação, para apuração de ilegalidade e identificação do responsável.
 - proceder a correção do ato, identificar o responsável e comunicar o ato ao seu superior imediato.
 - representar ao Tribunal de Contas da União para as providências de julgamento do ato.
- 36- Considerado a forma como está estruturado o Plano de Contas Federal atual e o sistema de contas nele inserido, assinale a opção correta.
- O registro das operações devem obedecer a integridade dos sistemas contábeis de forma que as contrapartidas dos lançamentos sejam dentro do mesmo sistema.
 - O sistema orçamentário, estruturado para proporcionar o controle orçamentário, abrange todas as classes do plano.
 - As contas de resultado destinadas ao registro da despesa e da receita pertencem ao sistema orçamentário.
 - O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil das contas do sistema patrimonial.
 - Os lançamentos no sistema de compensação alteram de alguma forma a situação patrimonial líquida.

- 37- Se ao examinarmos os registros contábeis de determinada operação e observarmos que ocorreram somente variações passivas, então é correto afirmar sobre o patrimônio da entidade:
- a) a operação registrada refere-se a um fato contábil permutativo do patrimônio.
 - b) houve aumento da situação patrimonial líquida da entidade.
 - c) as variações passivas somente afetam a situação patrimonial se o fato transitar pelo orçamento da entidade.
 - d) o patrimônio sofreu elevação no que se refere ao conceito orçamentário e redução no conceito contábil.
 - e) a situação patrimonial líquida sofreu redução em razão do consumo de ativo ou aumento do passivo.
- 38- Assinale a opção que indica a ocorrência de uma variação passiva extraorçamentária e uma variação ativa orçamentária, respectivamente.
- a) Baixa de bem patrimonial por se tornar inservível e liquidação de despesa para pagamento de pessoal.
 - b) Liquidação de despesa relativa à aquisição de material para estoque e pagamento para resgate de títulos da dívida pública.
 - c) Reconhecimento de dívida em razão de decisão judicial e recebimento de recursos mediante lançamento de títulos públicos no mercado.
 - d) Recebimento de equipamento por doação e transferência de recursos para construção de hospital em um município.
 - e) Baixa de bens alienados e recebimento de receitas tributárias.
- 39- Assinale a opção correta a respeito da estrutura e características do plano de contas vigente e em uso atualmente na contabilidade federal.
- a) As contas estão agrupadas em quatro classes e os lançamentos de partidas dobradas devem incluir pelo menos duas delas.
 - b) As contas têm seu código estruturado com nove dígitos, sete níveis e podem receber lançamentos a partir do terceiro nível.
 - c) As contas do ativo e do sistema orçamentário integram a classe identificada com o dígito 1(um).
 - d) O passivo é constituído pela classe identificada pelo dígito 2(dois) e suas contas não são detalhadas por conta corrente.
 - e) A receita e a despesa são registradas em contas das classes identificadas pelos dígitos 3(três) e 4(quatro), respectivamente.
- 40- O registro das variações patrimoniais das entidades do âmbito federal, em termos de uso do plano de contas, obedece aos seguintes critérios:
- a) as variações passivas têm seu registro em contas do passivo em contrapartida às contas do ativo.
 - b) o registro das variações ativas e passivas decorrentes das receitas orçamentárias não efetivas ocorre somente em contas do sistema patrimonial.
 - c) as variações patrimoniais ativas e passivas de caráter extraorçamentário não transitam pelas contas do sistema orçamentário.
 - d) as contas destinadas ao registro das operações que afetam a situação patrimonial líquida são da classe identificada pelo dígito 3 (três).
 - e) o registro das variações passivas decorrentes de perda do patrimônio é realizado diretamente nas contas do Patrimônio Líquido.
- 41- No plano de contas vigente, e em uso na administração federal, o registro do recebimento da receita ocorre da seguinte forma:
- a) o reconhecimento patrimonial da entrada dos recursos é feita em conta do ativo tendo como contrapartida conta(s) de passivo compensado.
 - b) o registro patrimonial das receitas somente ocorre se estas forem efetivas.
 - c) a receita orçamentária, por ser reconhecida pelo regime de caixa, tem seu registro efetuado somente em contas do ativo em contrapartida com as contas de variação patrimonial.
 - d) a conta de contrapartida da entrada de recursos no caixa é da classe 4(quatro) e o controle contábil detalhado da execução orçamentária é feito em contas do ativo compensado.
 - e) o controle contábil da execução da receita está adstrito às contas do sistema compensado.
- 42- Assinale a opção que indica um lançamento contábil que ocorre no momento em que a contabilidade reconhece a previsão da receita a ser arrecadada no exercício.
- a) Débito: Ativo – Caixa
Crédito: Resultado – Receitas
 - b) Débito: Passivo Compensado – Receitas Previstas
Crédito: Passivo Compensado – Receita a Realizar
 - c) Débito: Ativo Compensado – Receita a Realizar
Crédito: Passivo Compensado – Previsão da Receita
 - d) Débito: Ativo – Receitas Previstas
Crédito: Resultado – Receita a Realizar
 - e) Débito: Ativo Compensado – Receita Prevista
Crédito: Resultado – Receita a Realizar

43- Assinale a opção verdadeira a respeito da contabilização da fixação da despesa.

- a) Os lançamentos contábeis relacionados à fixação da despesa são realizados à medida que esta vai sendo empenhada.
- b) Os valores fixados na lei orçamentária anual figuram na contabilidade pelos seus valores consolidados, ou seja, no nível de subgrupo de despesa.
- c) A contabilidade pública, do ponto de vista orçamentário, somente reconhece a receita fixada quando esta é de fato despesa efetiva.
- d) As despesas fixadas, em razão de créditos adicionais, são adicionadas àquelas fixadas na lei orçamentária anual e não são registradas separadamente.
- e) A fixação da despesa implica lançamento a débito em conta do ativo compensado e crédito em grupo correspondente do passivo compensado.

44- Assinale a opção verdadeira a respeito do registro contábil das operações de descentralização de créditos resultantes da execução orçamentária.

- a) Os créditos são inicialmente contabilizados na Setorial Orçamentária, que após os detalhamentos necessários, os movimenta entre as unidades gestoras da entidade.
- b) Os créditos recebidos por meio de descentralização são registrados no passivo como obrigação da unidade recebedora para com a descentralizadora.
- c) As descentralizações internas são registradas contabilmente na unidade recebedora no momento que esta confirma o recebimento.
- d) As contas contábeis de controle da descentralização de crédito na unidade descentralizadora pertencem ao ativo compensado.
- e) Os montantes dos recursos descentralizados são registrados como despesa realizada na unidade descentralizadora, para efeitos de consolidação dos balanços.

45- Sobre o registro contábil da movimentação financeira entre as unidades em razão da execução orçamentária e financeira, é correto afirmar:

- a) o registro contábil de transferências mediante repasses e sub-repasses é feito somente em contas do sistema de compensação.
- b) as transferências para pagamento de restos a pagar não processados provocam ajustes na execução financeira do exercício anterior.
- c) o recebimento de cotas financeiras por entidades que não integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social está condicionado ao registro contábil desse direito junto ao Tesouro Nacional.
- d) a transferência das cotas financeiras da unidade central para as unidades setoriais de programação financeira é registrada contabilmente como baixa de obrigação na transferidora e baixa de direitos na recebedora.
- e) as cotas financeiras não recebidas no exercício em razão da inexecução orçamentária constituem direitos registrados no patrimônio da entidade e podem ser recebidos nos exercícios seguintes.

46- Assinale a opção que indica um lançamento que não ocorre na liquidação da despesa para a aquisição de material permanente.

- a) Débito: Ativo Compensado – Obrigações Contratadas a Liquidar
Crédito: Ativo Compensado – Obrigações Contratadas Liquidadas
- b) Débito: Passivo Compensado – Crédito Empenhado a Liquidar
Crédito: Passivo Compensado – Crédito Empenhado liquidado
- c) Débito: Ativo – Imobilizado
Crédito: Resultado – Variações Ativas
- d) Débito: Passivo Compensado – Valores Liquidados a Pagar
Crédito: Passivo Compensado – Outros Valores Liquidados a Pagar
- e) Débito: Despesa – Investimentos
Crédito: Passivo – Fornecedores a Pagar

- 47- Tendo como base o modelo e os procedimentos contábeis adotados no governo federal, assinale a opção correta a respeito do balancete contábil.
- Uma questão restritiva é a não possibilidade da sua emissão antes do fechamento do mês.
 - Em razão de limitações de ordem técnica, não é possível emití-lo de forma consolidada por órgão.
 - As contas que não recebem lançamento não podem integrá-lo.
 - Embora algumas unidades gestoras movimentem seus recursos em moeda estrangeira, o balancete somente pode ser emitido em Real (R\$).
 - Uma de suas características é apresentar os valores a débito e a crédito, além dos saldos anterior e atual.
- 48- Em razão do que determina o art. 105 da Lei n. 4.320/64, a dívida fundada integra a seguinte rubrica do Balanço Patrimonial:
- Passivo Circulante, se o vencimento for inferior a doze meses.
 - Passivo Não-Financeiro.
 - Ativo Permanente.
 - Patrimônio Líquido, caso o detentor da dívida seja entidade da União.
 - Resultado de Exercícios Futuros.
- 49- Tomando como base o balanço financeiro atualmente adotado e publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, assinale a opção verdadeira a respeito dessa demonstração contábil.
- O resultado apurado no balanço financeiro coincide com o superávit financeiro do balanço patrimonial, pois resulta da conjugação das entradas e saídas de recursos da entidade.
 - Se o resultado apurado no exercício é um superávit, então podemos afirmar que os dispêndios foram menores que os ingressos.
 - Pela comparação entre o *saldo anterior* e o *saldo atual* é possível avaliar se o resultado financeiro da entidade foi positivo ou negativo.
 - Em razão de ser uma demonstração que apura o fluxo financeiro, na sua elaboração, é utilizado o movimento das contas e não o saldo.
 - Os ingressos e dispêndios extraorçamentários somente figuram no balanço financeiro se tiverem relação com a finalidade da entidade.
- 50- Tendo como base a estrutura e o conteúdo do Balanço Patrimonial atualmente adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as normas da Lei n. 4.320/64, assinale a opção cuja rubrica não integra o ativo financeiro.
- Aplicações financeiras.
 - Créditos em circulação.
 - Adiantamento de salários.
 - Caixa.
 - Dívida Ativa.
- 51- A respeito das contas de compensação e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, é correto afirmar:
- são evidenciadas todas aquelas integrantes dos grupos 1.9 e 2.9 do atual plano de contas federal.
 - somente as contas relacionadas aos contratos onerosos celebrados pela entidade pública são evidenciadas.
 - embora a Lei n. 4.320/64 mencione as contas de compensação, a sua evidenciação no balanço já não se faz necessária em razão de outros mecanismos de transparência existentes.
 - são evidenciadas as contas que, não compreendidas no ativo real, possam direta ou indiretamente afetar o patrimônio.
 - as contas destinadas ao registro da execução orçamentária são demonstradas pelos seus saldos consolidados.
- 52- A respeito do resultado orçamentário apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP e no Balanço Orçamentário, é correto afirmar:
- diferem entre si em razão de o resultado apurado na DVP levar em conta na sua apuração as mutações ativas e passivas.
 - são iguais entre si em razão da base de apuração ser a mesma.
 - são diferentes, porque o saldo apurado no Balanço Orçamentário leva em conta a despesa liquidada e paga enquanto na DVP são levados em conta, além da despesa liquidada, os ingressos e dispêndios orçamentários.
 - são coincidentes, quando a entidade não realiza operações independentes da execução orçamentária.
 - são iguais, quando a entidade não inscreve despesas em restos a pagar no exercício nem efetuou pagamento dessa rubrica de exercícios anteriores.

53- Na análise do balanço orçamentário de determinada entidade, foram constatados os seguintes dados:

Receita corrente prevista = 600
Receita corrente realizada = 400
Receita de capital prevista = 400
Receita de capital realizada = 500

Despesa corrente prevista = 450
Despesa corrente realizada = 500
Despesa de capital prevista = 550
Despesa de capital realizada = 400

A respeito desse balanço e da entidade, é correto afirmar:

- a) houve déficit no orçamento de capital e superávit no orçamento corrente.
- b) o balanço foi elaborado prevendo a capitalização da entidade, porém, na execução ocorreu o inverso.
- c) a previsão demonstra que não era esperado déficit intrínseco.
- d) o equilíbrio geral do balanço ocorreu devido ao excesso de arrecadação corrente.
- e) a insuficiência de arrecadação de capital não comprometeu o equilíbrio do balanço.

54- De acordo com disposições da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF, a escrituração das contas públicas deve obedecer aos seguintes preceitos, exceto:

- a) as despesas e a assunção de compromissos devem obedecer ao regime de competência.
- b) a consolidação das contas dos entes será realizada até trinta de junho pelo Poder Executivo de cada esfera de governo.
- c) os recursos provenientes da alienação de ativos deverão ser destacados na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- d) as operações intragovernamentais devem ser excluídas das demonstrações conjuntas.
- e) nas demonstrações contábeis isoladas, bem como nas consolidadas estarão compreendidas as transações de cada órgão, inclusive das empresas dependentes.

55- A respeito dos critérios para reconhecimento e mensuração da depreciação, amortização e exaustão no setor público, é correto afirmar:

- a) o valor residual e a vida útil econômica de um ativo devem ser revisados pelo menos uma vez a cada dois anos.
- b) a depreciação e a amortização cessam quando o bem se torna obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.
- c) os bens de uso comum de qualquer natureza não estão sujeitos à depreciação.
- d) o valor da parcela a ser reconhecida no resultado como decréscimo patrimonial e demonstrada no balanço patrimonial deve ser demonstrado em conta redutora do respectivo ativo.
- e) no caso das entidades da administração direta, a depreciação deve ser lançada diretamente contra as contas do patrimônio líquido.

56- São finalidades do controle interno sob o enfoque contábil, exceto:

- a) proporcionar mecanismos de correção tempestiva de desvios e condutas.
- b) contribuir com a eficiência operacional da entidade.
- c) salvaguardar os ativos e assegurar veracidade aos componentes patrimoniais.
- d) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas.
- e) estimular adesão às normas e diretrizes fixadas pela entidade.

57- Os sistemas de informações contábeis das entidades do setor público devem ser refletidos em planos de contas que devem apresentar os seguintes requisitos, exceto:

- a) a função atribuída a cada uma das contas.
- b) contas específicas para a apuração dos custos.
- c) terminologia das contas e a sua adequada codificação.
- d) tabela de codificação de registros.
- e) indicadores do nível de consolidação e agregação.

58- Segundo as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, sem prejuízo de outras formas, constituem meios efetivos de divulgação das demonstrações contábeis, exceto:

- a) remessa aos órgãos de controle interno e externo, associações e conselhos representativos.
- b) publicação nos órgãos de imprensa de grande circulação.
- c) disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.
- d) disponibilização das demonstrações contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados.
- e) publicação na imprensa oficial em qualquer uma das suas modalidades.

59- Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o patrimônio líquido das entidades públicas é definido por:

- a) diferença entre o ativo e o passivo.
- b) capital mais as eventuais participações em empresas e outras entidades públicas.
- c) capital, resultados dos exercícios e resultado das participações.
- d) valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
- e) capital adicionado dos resultados dos exercícios.

60- Assinale a opção que indica uma exceção à regra de classificação do passivo circulante, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

- a) Depósitos de terceiros e retenções em nome destes, quando a entidade pública for fiel depositária.
- b) Valores decorrentes das retenções na folha de pagamento de funcionários.
- c) Restos a pagar não-processados, quando a destinação for a transferência de recursos.
- d) Restos a pagar processados, se o credor for instituição situada fora do país.
- e) Dívida mobiliária, se o prazo de resgate do título for de até vinte e três meses.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br